



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alcino Pinto  
**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Filomena dos Prazeres  
Lagchar Barreto  
Adlander Matos

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 12 horas e 15 minutos.

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento da Assembleia Nacional, procedeu-se ao debate e aprovação da Moção de Censura n.º 01/IX/2012 – Censura ao XIV Governo Constitucional, proposto pelos Srs. Deputados do MLSTP/PSD, PCD e MDFM/PL. Intervieram, além do Sr. Deputado Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), primeiro subscritor, que fez a

apresentação do documento, os Srs. Deputados Gil Costa (PCD), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD) e Adelino Pires Neto (MDFM/PL).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 30 minutos.

A Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 9 horas e 50 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adllander** Costa de **Matos**  
**Alcino** Martinho de Barros **Pinto**  
Alexandre Hortênsia dos Santos  
**Américo** Cardoso Soares de **Barros**  
André da Trindade Cravid  
**Ângela** Maria da Graça **Viegas** Santiago  
**António** Afonso **Ramos**  
**António** Neves Sacramento **Barros**  
**Arlindo** **Barbosa** Semedo  
**Beatriz** da Veiga Mendes de **Azevedo**  
**Dionísio** Soares Pereira de Lima **Magalhães**  
**Elsa** Maria d' Alva Teixeira **Pinto**  
**Gaudêncio** Luís da **Costa**  
**Guilherme** **Octaviano** Viegas dos Ramos  
**Jerónimo** Lima Pires **Quaresma**  
**Jorge** **Amado**  
**José** da Graça **Viegas** Santiago  
**Lagchar** Neto Viegas **Barreto**  
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**  
**Manuel** **Martins** Quaresma  
**Nikene** Pontes de **Sousa**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Albertino** Homem Sequeira **Bragança**  
**Arzemiro** de Jesus Ribeiro **dos Prazeres**  
**Filomena** Maria dos **Prazeres**  
**Firmino** João **Raposo**  
**Gil** Mascarenhas da **Costa**  
**Maria** Edite **Salvaterra** Pinto

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino **Pires** **Neto**

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar uma nova sessão.

Os Srs. Deputados sabem que fomos convocados para esta sessão e temos como ponto único o debate da moção de censura apresentada ao XIV Governo Constitucional.

Tenho comigo os documentos que sustentam esta moção de censura. Reportando aos serviços da Assembleia Nacional, a mesma deu entrada no dia 21 do corrente mês e, de acordo com os despachos feitos, concluiu que o mesmo preenche os requisitos para a sua análise e discussão e eventual aprovação.

Temos também na nossa posse documentos que atestam que o Governo foi devidamente notificado da presente moção de censura, pelo que gostaria de comunicar a Vossas Excelências que reuni a primeira Conferência de Líderes para, essencialmente, discutirmos e aprovarmos a distribuição do tempo para a discussão da presente moção de censura ao Governo.

Desta forma, a Conferência de Líder concluiu que deveríamos discutir esta moção de censura num período máximo de 120 minutos, sendo que o tempo fica assim distribuído: Governo, 36 minutos; Partido ADI, 36 minutos; MLSTP/PSD, 31 minutos; PCD, 13 minutos, e MDFM/PL, 4 minutos.

Deixa-me também recordar a Vossas Excelências que, no quadro do Regimento da nossa Assembleia, na sessão III, cuja epígrafe é «moções de censura», no artigo 225.º diz o seguinte: «Pode apresentar moções de censura ao Governo, sobre a execução do seu Programa ou assunto relevante de interesse nacional, um quarto dos Deputados em efectividade de funções ou qualquer grupo parlamentar».

Para o debate desta moção de censura, o mesmo Regimento diz, no seu artigo 226.º, o seguinte:

«1. O debate inicia-se no terceiro dia parlamentar subsequente à aprovação da moção de censura, não pode exercer três dias, e durante ele as reuniões da Assembleia não têm período de antes da ordem do dia».

2. O debate é aberto e encerrado pelo primeiro signatário da moção.

3. O Primeiro-Ministro tem direito de intervir imediatamente após e antes das intervenções previstas no número anterior.

4. São aplicáveis ao debate as regras do artigo 158.º.

5. A moção de censura pode ser retirada até ao termo do debate.»

Ainda sobre a moção de censura, o artigo 227.º diz:

«1. Encerrado o debate, procede-se à votação na mesma reunião e após intervalo de uma hora, se requerido por qualquer grupo parlamentar.

2. A moção de censura só pode se considerar aprovada quando tiver obtido os votos da maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

3. Se a moção de censura não for aprovada, os seus signatários não poderão apresentar outra durante a mesma sessão legislativa.

4. No caso aprovado de uma moção de censura, o Presidente da Assembleia comunica o facto ao Presidente da República.»

Lidos esses artigos, eu convidaria o primeiro subscritor da presente moção de censura para fazer a sua apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas: Coube-me a honra e o dever, como cidadão e Deputado, e em nome dos meus colegas subscritores da moção de censura, apresentar os aspectos nele expostos, pelo que passarei a ler.

«Nós, Deputados à Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, vimos, nos termos do artigo 225.º do Regimento deste Órgão Legislativo, apresentar a presente moção de censura ao XIV Governo Constitucional, liderado pelo Sr. Primeiro-Ministro Patrice Ermery Trovoada, com base nos fundamentos que se seguem:

1. Aquando da discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico do ano em curso, os Deputados à Assembleia Nacional, no âmbito das suas competências constitucionais e regimentais, procederam a uma série de alterações às dotações orçamentais, no sentido de melhor atender às necessidades prementes, visando a melhoria das condições de vida dos cidadãos são-tomenses e a minimizar as dificuldades sociais e económicas das classes mais desfavorecidas, mais concretamente na inscrição de verbas para a compra de insumos, materiais agrícolas e apetrechamento de pescas; na compra dos medicamentos essenciais para o atendimento dos pacientes que se dirigem aos hospitais à procura de primeiros socorros; no apoio às pessoas com deficiência, aos portadores de doenças transmissíveis; na subvenção dos custos com bilhetes de passagem aérea dos são-tomenses residentes na Região Autónoma do Príncipe; na aquisição de viaturas escolares para os alunos de Porto Alegre e Santa Catarina e na construção e reabilitação de algumas infra-estruturas desportivas e rodoviárias, etc., etc.

2. Estas alterações assentavam na diminuição das despesas de viagens ao exterior (despesas correntes) e de algumas despesas constantes na rubrica «despesas de investimentos». No entanto, o Governo, não obstante ter um orçamento aprovado pela Assembleia Nacional e de conformidade com a lei orçamental e outras conexas, ignorou pura e simplesmente as alterações orçamentais aprovadas pelo Plenário da Assembleia Nacional e executou um orçamento completamente à margem das dotações orçamentais, facto que se reflectiu de imediato na falta de medicamentos nos centros hospitalares, bem como no desprezo total do Governo para com os necessitados, deixando-os à sua sorte.

3. Ainda no que concerne ao Orçamento Geral do Estado de 2012 a que vimos referindo, o Governo, na pessoa do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, declarou repetidas vezes que os 2 milhões de dólares americanos inscritos no Orçamento Geral do Estado, na rubrica «Apoio ao Empreendedorismo Juvenil e ao Sector Privado» consistia num empréstimo não concessional concedido pelo Governo taiwanês. Na altura, os Deputados confrontaram o Governo, porque se se tratasse na verdade de um empréstimo não concessional, era uma operação absolutamente ilegal, estando-se em presença de uma clara contradição com a própria lei do referido orçamento. Porque o Governo insistia na sua declaração, para dissipar as dúvidas, os Deputados solicitaram ao Governo o envio à Assembleia Nacional dos contratos e/ou acordos que fazem prova de tal empréstimo não concessional, o que até então o Governo não se dispôs a fazer, numa clara atitude de desrespeito ao órgão fiscalizador da acção governativa.

4. No âmbito do programa do Governo, este vem anunciando, anos pós anos, vários projectos de grande dimensão, alguns deles até com data de início das obras mas, passados que foram cerca de 30 meses, a população aguarda com ansiedade a implementação desses mesmos projectos, tendo em vista minimizar a carência, a miséria e a fome, bem como a diminuição do desemprego e o aumento de um salário condigno para os cidadãos. Tudo não passou, porém, de falsas promessas.

5. Passados cerca de 30 meses, o Governo ainda não foi capaz de implementar uma obra, um projecto ou uma acção estruturante de sua marca ou autoria. Estando embora de acordo com o princípio de continuidade do Estado, o Governo vem apenas procedendo a pequenos remendos e acabamentos dos projectos e acções de iniciativas dos anteriores governos, contrariamente às variadíssimas promessas eleitorais, com maior destaque para as reflectidas no seu Programa de governação.

6. De facto, o que se vem constatando é que o Governo tem vindo a governar meramente de improviso, atendendo às circunstâncias eleitorais, desrespeitando todas as normas e regras administrativas da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

7. Uma das grandes linhas de Programa do actual Governo consiste no «Combate à Corrupção», mas o que temos vindo a verificar, sobretudo nas acções do Sr. Primeiro-Ministro, são matérias que indiciam actos de corrupção. Se não, vejamos:

a) No estrangeiro, o Sr. Primeiro-Ministro negocia muitas vezes sozinho ou algumas vezes acompanhado do seu braço direito, Ministro Secretário-Geral do Governo, todos os negócios do Estado com empresários de vários países, à margem dos respectivos ministros de tutela, sem conhecimento dos demais órgãos de soberania e muito menos do conhecimento público. A este respeito, pode citar-se alguns exemplos mais destacados: o caso do Acordo Diplomático com o Kosovo; a construção do Porto Petrolífero na zona Norte do País, através da empresa Gunver; a atrapalhada negociação, diga-se «mediação», entre o concessionário de construção do Porto de Águas Profundas (Terminal Link) e eventuais parceiros de investimento; a frota de navios que só fazem operações nocturnas, cujos objectivos o Primeiro-Ministro nunca revelou aos demais órgãos de soberania, nem tão pouco às entidades nacionais ligadas ao sector marítimo e portuário, navios estes que continuam ancorados na nossa zona económica exclusiva, uns ainda visíveis e outros a tão longa distância que podem mesmo colocar em risco a própria soberania do Estado são-tomense.

b) Um dos casos mais gritantes e recentes tem a ver com a danosa gestão do Coordenador da TVS. Ao observarmos o relatório preliminar dos inspectores, requisitados pelo próprio Governo, para inspecionar as contas e gestão financeira do homem protegido do Primeiro-Ministro, que continua ilegalmente a dirigir a estação da «Televisão de Todos Nós» lê-se:

«a) Incumprimento das leis em vigor sobre a administração financeira do Estado, nomeadamente a Lei n.º 3/2007 – SAFE e o decreto n.º 4/2009; Ausência de instrumentos provisionais de gestão, nomeadamente o plano financeiro, balanços e balancetes, capazes de reflectir com fidedignidade as informações fornecidas;

b) A TVS procede à cobrança de receitas, na ausência de qualquer diploma legal, contrariando o n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 3/2007 – SAFE, coadjuvado com o artigo 2.º do decreto n.º 4/2009, segundo o qual nenhuma receita pode ser criada, inscrita ou cobrada senão em virtude da lei anterior e sua utilização só pode ocorrer quando estiver prevista no OGE aprovado;

c) A TVS não tem efectuado qualquer depósito da receita arrecadada na Conta do Tesouro Público, contrariando as legislações vigentes sobre a Administração Financeira do Estado, nomeadamente a Lei n.º 3/2007 – SAFE, reforçada pelo decreto n.º 4/2009;

d) Pagamento de salário mensal e demais subsídios ao actual Coordenador da TVS com receitas internas desde 22 de Setembro de 2010 até a presente data, pelo facto de o mesmo não se encontrar legalmente nomeado;

e) A TVS, não obstante possuir várias contas bancárias, em Janeiro de 2011, procedeu à abertura de mais uma conta no BISTP, ao contrário do que prevê o n.º 2 do artigo 1.º do decreto n.º 4/2009, que veda aos órgãos e organismos da Administração Central do Estado a possibilidade de abertura de contas bancárias em bancos comerciais;

f) A utilização na totalidade de receitas por parte da TVS sem passar pelo Tesouro Público, contrária à alínea b) do artigo 13.º da Lei n.º 3/07 – Princípio da Unidade, na base da qual o orçamento é apenas um, violando igualmente o n.º 13 do artigo 6.º e o n.º 2 do artigo 11.º do decreto n.º 4/2009.

8. Para além do exposto nos pontos anteriores, que constituem grandes preocupações dos subscritores e, naturalmente, da maioria da população são-tomense, acresce ainda o nível de degradação das condições de vida dos cidadãos que dia-a-dia se vêm mergulhando na pobreza, fome e miséria, como o comprovam as ondas de contestação, indignação e insatisfação em quase todos os sectores da vida pública e privada, nomeadamente: os quadros técnicos da Saúde; os docentes; os comerciantes e vendedores ambulantes; as palaiês que não conseguem vender os seus produtos para darem sustento aos seus filhos; os fazedores da comunicação social; os taxistas que aguardam com ansiedade a prometida renovação do parque de táxis com carros novos; as organizações da sociedade civil; os reformados; as forças militares e paramilitares, este dois últimos de forma ainda muito discreta, compreensivelmente por causa da sensibilidade e do melindre que estas funções acarretam, etc.

9. De um modo geral, a população são-tomense está na sua grande maioria desiludida com este Governo que tanto prometeu e nada faz, porque, na verdade, a população ficou muito mais pobre nos últimos 30 meses, tal como se pode constatar nos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

10. É de salientar os gritos vindos de grande parte de estudantes são-tomenses no exterior por falta de pagamento regular das bolsas de estudo, remetendo alguns deles à busca de soluções de sobrevivência pouco dignas para um ser humano. Enquanto isso, o Sr. Primeiro-Ministro dá-se ao luxo de viajar em aviões privados, indo assistir desafios de futebol de carácter amistoso no estrangeiro, como foi o recente caso do encontro entre a Seleção do Gabão e de Portugal, em Libreville, enquanto esteve ausente do final da taça de São Tomé e Príncipe, entre duas equipas nacionais. Isto constitui, sem dúvida, um flagrante desrespeito à Nação!

11. Saliente-se que até então o Sr. Primeiro-Ministro ainda não disse à Nação são-tomense como e quem paga as suas viagens ao estrangeiro em aviões privados. Se se trata de aviões dos seus amigos, companheiros de negócio ou de outras lides, também não disse ainda à Nação quais são as contrapartidas que eles pedem ou irão pedir em compensação que podem eventualmente pôr em causa os grandes interesses do povo de São Tomé e Príncipe.

12. Ao supor que o Sr. Primeiro-Ministro não paga os alugueres dos aviões, é óbvio que os seus amigos não lhe pagam as despesas das taxas de sobrevoos, dos espaços aéreos, de estacionamento dos aparelhos e de abastecimento de água e combustível. Estas despesas não são de modo algum baratas. Se o Sr. Primeiro-Ministro fizesse um esforço de humildade, pautando-se como Chefe do Governo de um país pobre que somos, ainda dependente das ajudas externas, e viajasse em aviões comerciais, esta poupança não seria mais bem empregue na ajuda aos nossos pacientes que se encontram em tratamento no estrangeiro, sobretudo em Portugal, que têm vindo a lançar vários SOS para a compra de medicamentos? Convenhamos!

13. No entanto, quando se esperava do Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, uma atitude de mudança de comportamento, demonstrando transparência na gestão da coisa pública, na busca de unidade e consensos possíveis para a tomada de decisões sobre os assuntos de interesse nacional, contrariamente a isso, homem prepotente como é, ignora tudo e todos, foge aos debates parlamentares e refugia-se na comunicação social, onde não há ninguém para o contrariar, fazendo uso e abusivo do tempo de antena, adopta uma postura pouco digna do homem do Estado, ao desafiar constantemente os legítimos representantes do povo (Deputados), mesmo reconhecendo em algumas ocasiões que está à testa de um Governo minoritário, dizendo nas suas declarações públicas à imprensa «...um governo minoritário para estar a governar até então é porque está fazendo coisas que o povo quer... somos minoria no parlamento, mas temos uma maioria social...».

14. É por força desta arrogância que ele tem vindo a governar o País como se fosse sua empresa privada. Quais são os bons feitos deste Governo para arrogar-se à simpatia do povo? Será que o Primeiro-Ministro está a referir-se ao aumento da pobreza, da fome, da miséria, do baixo poder de compra das populações, do desemprego, da falta de medicamentos nos hospitais, da censura na comunicação social, dos cortes de subsídios e de horas extraordinárias dos professores, dos reformados que foram mandados para casa à Deus dará com uma pensão mísera, dos jovens frustrados que andam à procura de primeiro emprego e não encontram? Sinceramente! O Sr. Primeiro-Ministro tem estado a brincar com este povo!

15. Em suma, são fundamentalmente estas razões que influenciaram a nossa decisão na apresentação desta moção de censura, no estrito cumprimento das normas regimentais, das competências que nos são conferidas no âmbito do Estatuto dos Deputados e das demais leis da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

São Tomé, 21 de Novembro de 2012.»

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, apresentada a moção de censura subscrita por 14 dos Srs. Deputados, no quadro das normas legais existentes, quero voltar a recordar-vos alguns aspectos. O primeiro aspecto talvez desnecessário, porque já estamos em sessão, é para dizer aos Srs. Deputados e àqueles que nos ouvem que esta sessão só tem lugar porque se cumpriu rigorosamente os três requisitos para o funcionamento do Plenário, ou seja, a convocatória, o quórum e a composição da Mesa. São requisitos basilares para o funcionamento da plenária da Assembleia. Relativamente à questão da moção de censura, que é apresentada contra o Governo, disse no início que também se cumpriu as formalidade e os subscritores desta convocatória, remeteram o documento ao Governo em tempo oportuno e de acordo com o Regimento.

Diz o Regimento, repito, no seu artigo 226.º: «O debate inicia-se no terceiro dia parlamentar subsequente à aprovação da moção de censura, não pode exercer três dias e durante ele as reuniões da Assembleia não têm período de antes da ordem do dia». O documento deu entrada e já deveria ter tido lugar a sua discussão. Porém, temos a triste realidade, e é um direito do Governo, pautou-se pela ausência. É um direito e não um dever, daí que o Governo fez uso do seu direito e não compareceu. Por isso mesmo, vamos dar início à discussão do debate desta moção e quero recordar a Vossas Excelências que estão presentes apenas dois partidos e um Deputado oriundo do MDFM/PL.

Recordo que o MLSTP/PSD tem 31 minutos, o PCD tem 13 minutos e o Deputado do MDFM/PL tem 4 minutos, de acordo com a Conferência de Líderes. Todavia, não estando presente o Governo nem tão pouco o partido ADI, posteriormente, se se tornar necessário e, como fixa o Regimento, redistribuiremos o tempo. Serei rigoroso no cumprimento do tempo distribuído a cada um dos partidos e ao Sr. Deputado do Partido MDFM/PL.

Desta forma, declaro aberta as inscrições para iniciarmos o debate sobre a moção de censura. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Sr. Presidente, permita-me, em nome do PCD, usar da palavra e felicita-lo pelo cargo a que fora eleito muito recentemente, esperando que com a sua determinação e a sua sapiência possa realmente levar e dignificar esta Casa Parlamentar, para que sejamos realmente dignos representantes do povo.

Para além das razões que foram aqui elencadas pelo Sr. Deputado representante do grupo que subscreveu a moção de censura, gostaria, de uma forma mais terra a terra, de trazer aqui alguns exemplos que nortearam a decisão do PCD em apoiar a presente moção de censura.

Devo dizer que todo mundo deve saber que para uma família conhecer o desenvolvimento deve existir a humildade e o diálogo, sem eles não haverá desenvolvimento. Ninguém consegue chegar ao consenso sem pelo menos primar pelo diálogo e humildade, o que não verificamos por parte do nosso Primeiro-Ministro e do respectivo Governo.

Estamos cansados de assistir, da parte do Sr. Primeiro-Ministro e do seu Governo, a certos comportamentos de arrogâncias que, não obstante várias chamadas de atenção por parte da oposição, até a data presente não se dignou em mudar o seu comportamento.

Lá fora o Governo e o seu partido têm colocado na cabeça das pessoas que a oposição só pensa em derrubar o Governo. Isso não corresponde à verdade, porque todo mundo sabe que toda gente que leva dinheiro para investir tem que prestar contas.

Nós já demos ao Governo do Sr. Patrice Trovoada dois orçamentos e até hoje ele nunca se dignou em comparecer nesta Casa Parlamentar para prestar contas. Das vezes que foi chamado, encontrou formas e expedientes, junto à Mesa da Assembleia, que era presidida pelo Vice-Presidente do ADI, para fugir ao debate. E nós, enquanto maioria, não podemos continuar a conviver com isso.

O Sr. Primeiro-Ministro fala muito de combate à corrupção, elegeu como um dos eixos do seu Programa do Governo «combate à corrupção», mas o que qualquer cidadão atento neste país e nesta sociedade verifica é que existe uma promoção da corrupção e não combate à corrupção. Posso até trazer alguns exemplos. Todo mundo sabe que enquanto o Sr. Tenente-coronel Osca Sousa foi Director da EMAE, houve uma situação em que a Directora Financeira da EMAE foi expulsa por ter roubado a EMAE, é do conhecimento público, mas essa mesma senhora hoje foi promovida para Directora Financeira da ENASA. É ou não promoção da corrupção?

Tenho outro exemplo. A empresa ENAPORT, aquando da nomeação do Sr. Dr. Francisco Rita para o cargo de coordenador da ENAPORT, deparou com uma situação de um dos membros do Conselho de Administração ter um processo disciplinar por ter roubado a empresa. Pôs a questão ao Sr. Primeiro-Ministro, levou tempo para que o Sr. Primeiro-Ministro aceitasse retirar, por despacho, o tal indivíduo. Depois de ter sido nomeado o Sr. Francisco Rita, passado algum tempo, é exonerado e nomeado o mesmo indivíduo a quem pesa sobre ele o processo disciplinar por ter roubado a empresa. Isto é ou não promoção da corrupção?

O Sr. Primeiro-Ministro tem assinado vários acordos no estrangeiro. A Casa Parlamentar, responsável pela fiscalização da acção governativa, variadíssimas vezes, fez expedientes junto do Governo para obter documentos, cópias dos mesmos acordos, mas até a data presente, nada. Onde é que está a transparência?

O Sr. Primeiro-Ministro fala sempre de boa gestão da coisa pública. Aquando da tomada de posse do Sr. Primeiro-Ministro, alguns dias depois, foi à televisão anunciar disciplina nas viaturas do Estado. Hoje assistimos a todas elas circularem a todo o momento e não reconhecemos disciplina nenhuma.

O Sr. Primeiro-Ministro havia anunciado também que o Estado tinha muitos carros, que os governos anteriores compraram carros demais, tinha-se que vender, mas hoje assistimos talvez ao dobro. O mais grave ainda é que, perante a situação de crise, onde o Governo fala da contenção de despesas, cada ministro tem dois a três carros. Qualquer cidadão atento neste país vê os ministros a circularem no período da manhã com um carro e à tarde com outro, salvo, devo dizer, o Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, que só tem uma viatura. Todos os outros têm dois até três carros. Onde é que está a boa gestão da coisa pública? Estamos a brincar! O Sr. Primeiro-Ministro está a nos fazer de parvos. Está a gozar com esta população.

Devo aqui apresentar mais um exemplo. O Governo tem feito publicidade porque colocou energia em Ferreira Governo, Monte Macaco, Pinheira, mas isso é sua obrigação. O Governo prometeu isso e muito mais

ao povo são-tomense. Isso e muito mais, mas o Governo também deveria ter a hombridade de dizer à população que para que hoje houvesse energia para distribuir o governo anterior teve que construir a Central de Santo Amaro, porque se recordamos, 3 anos atrás, a energia era distribuída horas por localidades, inclusive os ministérios da Função Pública, algumas vezes, ficavam incaucionáveis, porque não havia energia. Portanto, o Governo não faz mais do que o seu dever.

Essas e mais razões, não quero ser muito longo, é que fizeram com que o Partido PCD, de uma forma responsável, subscreveu a presente moção de censura ao XIV Governo Constitucional, Governo do Sr. Patrice Emery Trovoada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados: Antes de começar, gostaria de felicitar Vossa Excelência, o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, pela eleição.

Caros Colegas, povo de São Tomé e Príncipe, o mundo hoje atravessa desafios tão grandes que exige de cada um de nós esforços no sentido de que o diálogo deva ser a principal arma para vencermos os problemas. A arrogância, a falta de transparência e o esconde-esconde não resolvem o problema do País. Poderá resolver os problemas de alguns.

Em várias paragens do mundo, governos maioritários têm procurado o maior consenso possível, tendo em conta as dificuldades que o mundo atravessa. Aqui em São Tomé e Príncipe uma minoria tenta, a todo custo, manter-se no poder custe o que custar, passando por cima de tudo e de todos, sem ter a mínima preocupação com as palavras consenso, concórdia, paz e entendimento.

Porque é que o Governo insiste em não querer prestar contas à Assembleia Nacional? Porque é que o Governo prefere a crise em invés de ter um gesto simples de vir à Assembleia esclarecer os Deputados? É muito estranho, isto jamais havia acontecido na nossa história democrática! Certamente haverá muito por esclarecer neste Governo.

O exercício do Governo minoritário do ADI tem-se caracterizado por algumas práticas muito perigosas em democracia. O Governo tentou construir uma imagem baseada na seriedade e intransigência no combate à corrupção e na gestão racional dos recursos do Estado, numa clara atitude demagógica, pois o que se verifica é precisamente o contrário.

O Governo, pela voz do seu chefe, apelidou de «corruptos e mafiosos» os seus adversários políticos, criando desnecessariamente um clima de críspação, transformando-se num autêntico justiceiro. O Governo colocou uma fasquia perigosamente alta e esta imprudência em democracia tem o seu preço.

Durante estes dois anos de governação do ADI, o que se pode constatar como marca deste Governo é o seguinte: desresponsabilização, ou seja, o Governo não assume a responsabilidade dos seus actos; quando o Governo falha quem é o culpado é a oposição; quando o Governo acerta, tendo em conta o que o outro havia feito, quem colhe o louro é o Governo.

O Governo tomou a infeliz decisão de retirar terras aos pequenos agricultores que só as tem como único sustento, muitos deles, das suas famílias e no final para se desculpar dos seus erros demitiu o Director da Agricultura, deixando a entender que este era o culpado pela desastrosa opção de retirar terras de forma indiscriminada aos pequenos agricultores, fugindo, desta forma, às responsabilidades deste, liderado pelo Primeiro-Ministro Patrice Trovoada.

Assina o contrato com a empresa taiwanesa que resultou na presença dos barcos nas nossas águas e, quando é questionado para responder qual é o contrato que liga a presença desses barcos ao Estado são-tomense, diz que não sabe de nada e que o culpado é o Líder do MLSTP/PSD, ex-embaixador de São Tomé e Príncipe em Taiwan. Demagogia!

Fala do combate à corrupção, chegando a chamar de «poucos sérios» os seus adversários políticos, entretanto, como aqui já foi esclarecido, há sinais claríssimos de indícios de corrupção neste Governo, sobretudo na forma de actuação do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

Fala de estabilidade, mas instiga a instabilidade política e social, chegando a organizar manifestações ilegais, quando nos seus discursos tem feito apelo à estabilidade governativa. Populismo!

O Sr. Primeiro-Ministro é um vendedor de sonhos. O senhor anda a enganar o povo são-tomense com anúncios de projectos que não vai realizar. Engana os jovens, estes são os alvos principais das suas demagogias, tendo em conta que aí encontra terreno fértil para desenvolver a venda de sonhos. Engana as populações, dizendo que vai fazer tudo e mais alguma coisa, quando não dispõe de meios para o fazer.

Inventou o «orçamento do cidadão», que não passou de uma paródia em termos governativos. Porquê? Porque andou e disse que fez um orçamento com apoio de todo o povo de São Tomé e Príncipe. Completa falácia! O povo de São Tomé e Príncipe tem que tomar conhecimento de que neste orçamento não estão espelhados muitas das promessas que o Sr. Primeiro-Ministro fez durante a sua passeata, durante a sua paródia.

Não importa o rumo que o orçamento que o Governo apresentou leve o País, o Chefe do Governo apenas está interessado em continuar com as suas inúteis, intermináveis e suspeitas viagens ao exterior, para tratar dos seus negócios. Como supostamente terá feito em relação à reconversão da Lota de peixe em supermercado – não estamos contra as opções do Governo em transformar a Lota de peixe em supermercado, é uma opção, mas o que estamos contra e ficamos estupefactos é o facto de o Governo até

então não ter apresentado a esta Casa Parlamentar os documentos referentes ao contrato administrativo que fez para a entrega da referida Lota. Não se sabe se é arrendamento, não se sabe se vendeu, não se sabe absolutamente nada relativamente a isto.

O Governo insiste em não prestar contas. O povo de São Tomé e Príncipe, de certeza, não concorda com um Governo que não preste contas. O Governo pensa que, enveredando pelo caminho de eleições antecipadas, ganharia com maioria absoluta, que seria uma desgraça para todo o povo de São Tomé e Príncipe, porque esta maioria absoluta significaria impunidade absoluta; arrogância absoluta; desrespeito absoluto; falta de transparência absoluta; esconde-esconde absoluto e mentira absoluta. Enfim, nenhum são-tomense esclarecido e patriótico pode desejar uma situação como esta.

Desrespeito pelos demais órgãos de soberania e actores políticos. A situação é tão difícil para o mundo e sobretudo para países tão débeis como o nosso, que é necessário que haja permanentemente concertação com os demais órgãos de soberania. Não vale a pena nenhum de nós que queira, de forma genuína, contribuir para o desenvolvimento do nosso país pensar que falo isoladamente. Poderá estar a fazer outras coisas, mas certamente não será em defesa do interesse colectivo.

O Governo reconhece outro Estado sem dar a conhecer a ninguém. Qual é a importância estratégica do reconhecimento do Kosovo? Quais são os outros Estados que o Governo está a se preparar para reconhecer? Parece que a única motivação para tudo isto é apenas e tão-somente a mera e efémera satisfação pessoal e de um grupinho.

Incita o Governo à instabilidade política e social, isso já havia referido e é nisto que gostaria de me deter por instantes. Gostaria de partilhar com as caras e caros Deputados de que esta instabilidade que o Governo tem estado a incitar tem estado a ter reflexos. Já em duas ocasiões, nós que estamos habituados à paz e à serenidade no nosso país, -----recebo e numa das vezes com testemunhas ameaças veladas de um elemento do ADI, dizendo que «se vocês derrubarem o Governo do ADI haverá guerra civil neste país».

#### *Murmúrios gerais.*

Estas declarações, estas ameaças são tão graves que adensam cada vez mais a nossa convicção de que este governo pode estar a trilhar caminhos extremamente perigosos.

O Governo tem que mudar de vida e tem que mudar de estratégia. Exigimos que o Governo trabalhe mais, dialogue mais e deixe de meros expedientes circunstanciais para, desesperadamente, se manter no poder.

O Sr. Primeiro-Ministro, directa ou indirectamente, gravita a mais de 20 anos nas esferas do poder e agora diz que não tem responsabilidades e que o ADI é que veio para fazer melhor do que todos fizeram até então.

Como disse o interveniente anterior, «o ADI tem-se limitado apenas a continuar os projectos que outros já haviam começado». Se perguntarmos, «qual é a marca da governação durante dois anos do ADI?», deixa muito a desejar. É um Governo que tenta controlar tudo e todos.

O MLSTP/PSD levantou a questão da retirada descontrolada de terras aos pequenos agricultores. Se volto a esta questão é porque o criminoso deixa sempre marcas no local do crime. Fomos informados pela FENAPA que o Governo estava a retirar terras, não foi invenção do MLSTP/PSD, de forma indiscriminada e inaceitável aos pequenos agricultores, tomamos conta da situação e denunciámo-la e, em vez do Governo falar connosco e arranjarmos uma forma mais consensual de resolvermos a questão, o Governo apressou-se em chamar-nos de xenófobos e em dizer que estávamos contra o investimento estrangeiro, como se fosse ele campeão de atracção desses investimentos.

O que é que aconteceu? Momentos depois, em vez de falar connosco e ter um consenso em relação a esta matéria, que é de grande importância e de grande melindre, o reconhecemos, chamou os representantes da organização FENAPA e prometeu uma viatura ao presidente da FENAPA, numa atitude que tem contornos de corrupção.

Esta promessa concretizou-se e espantem-se, Sras. e Srs. Deputados, porque no carro que o Governo ofereceu a FENAPA está escrito «apoio do Governo». Nunca se viu uma atitude destas aqui em São Tomé e Príncipe. É como se um pai oferecesse uma mochila ao seu filho e escrevesse nela, «esta mochila é o apoio do pai». Isto tem contornos extremamente perigosos.

O Governo não é capaz de resolver questões tão importantes na área da saúde e o MLSTP/PSD levantou essa questão. Há uma penúria incrível de medicamentos, de reagentes, enfim.

Na educação, empregos para os jovens, necessidade de formação para jovens, necessidade de formação para os mesmos, políticas claras de incentivo ao desenvolvimento da economia, enfim, o Governo tem falhado em toda a linha.

Há promessas, sem enumerar as promessas falsas que estão contidas no OGE de 2013, quase tudo que está no OGE de 2013 já estava no OGE de 2012.

Para terminar, cara e caros Deputados, gostaria de apelar a todo o povo de São Tomé e Príncipe para se manterem calmos e serenos. «São Tomé poderoso» é grande e nunca permitirá excessos nem aventuras.

Aos jovens, sejam eles de que partidos forem, gostaria de deixar uma palavra de esperança no futuro.



Permitam-me, caras e caros Deputados, ao terminar para felicitar o MLSTP/PSD, o PCD e o MDFM/PL pela forma serena como têm encarado os desafios decorrentes dos acontecimentos dos últimos dias e desejar a todos que nos mantenhamos unidos em torno dos principais interesses da nossa terra.

Muito obrigado.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado Pires Neto para uma intervenção.

O Sr. **Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção, queria primeiramente felicitar o Sr. Presidente e pedir-lhe força e coragem para a partir deste momento assegurarmos a democracia.

Sras. e Srs. Deputados, permitam-me só mandar recados para alguns políticos da nossa praça. Queria avisar aos senhores políticos analfabetos, políticos ditadores que este Sr. Pires Neto, Deputado da Nação, que para além de Deputado que sou vim de um partido, MDFM/PL. Portanto, se não fosse de um partido hoje não seria Deputado. Por isso, tenho muito respeito e defendo o partido com cabeça, tronco e membro.

Neste momento quero acalmar todos os militantes, simpatizantes e amigos do MDFM/PL, que demos um passo e estamos a tentar salvar a democracia, matar o ditador.

*Aplausos gerais.*

Avisar também os senhores políticos, os analfabetos, que têm que estudar a lição – sublinho bem, «estudar a lição». Enquanto estão a procurar fazer barulho de uma maneira, deveriam estudar a Constituição, porque ela é a nossa bíblia. Senhoras e senhores, ai de um padre se não conhecesse a bíblia, o que é que seria?! Isso me foi dito por um senhor ainda esta tarde.

Queria ainda avisar aos senhores políticos que a nossa democracia já tem 37 anos. Ela foi criada com muito carinho, com muita amizade como a temos tratado até hoje e ela já se fez homem. Para quem não sabe, a nossa democracia já tem 37 anos!

Por isso, queria avisar as pessoas que essa democracia que se fez homem e, se fizermos as contas, o dono da democracia já tem netos. Foi-se *amantizar* com 18 anos, por sorte teve um bebé e o bebé, com 18 anos, já é homem e por sorte já tem um filho. Quer dizer que é neto da democracia e as pessoas têm que respeitar isso.

Não posso deixar de fazer lembrar as pessoas que elas têm que começar a respeitar os órgãos. Qualquer um partido que ganhe as eleições da maneira como o ADI ganhou, quer dizer, com minoria, ele já sabe que o povo disse que do outro lado têm pessoas a vigiar.

O senhor deve prestar contas, ser moderado, deixar de ditaduras e talvez ser talentoso com o pai. O pai tem grande experiência, apesar que ele veio pedir perdão, mas esqueceu-se que da sua era se matou uma governação que tinha deputados com maioria na Assembleia; disto ele se esqueceu.

*Aplausos gerais.*

Como estamos em São Tomé e Príncipe temos que fazer lembrar as pessoas, «*suba cu monhá damión lixandre pó té de ceto*», uma bomba.

Em seguida queria muito sinceramente dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que, na nossa língua costuma-se dizer «*uê de dentxi cu ça fudu so ca muça aleglia, cantxim cu sca da quebla non na cebê cua cloçon pensafa*»; é muito perigoso.

É por isso que temos que tomar muita atenção. Atenção, porque temos um Primeiro-Ministro mentiroso; mentiu ao povo; mentiu a Assembleia Nacional; não respeitou mesmo a ninguém, seja quem for ele nunca respeitou e esqueceu-se que é muito novo.

Para este país, São Tomé e Santo António do Príncipe, não aceita isso, porque este é um país de paz, alegria e concórdia; as pessoas têm que se entender. Portanto, quem não faz isso, não é fácil. É por isso que a gente avisa antes, «*tudu canoá fedú cu ocá fili quanto djá ê ca funlá calingá. Ê ca fulá calingá ca liguiê pê liba da mina piquina cole conto*»; o que é que val!

*Aplausos gerais.*

Não posso deixar...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero anunciá-lo que já lhe dei mais de um minuto. Daí que peço aos Srs. Deputados, se o Sr. Deputado Pires Neto quer continuar a fazer uso da palavra, algum grupo parlamentar tem que lhe conceder mais alguns minutos.

**Vozes do MLSTP/PSD**: — Concedemos-lhe mais quatro minutos.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor Sr. Deputado, pode continuar, dispõe de mais quatro minutos.

O Sr. **Pires Neto** (MDFM/PL): — Obrigado o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Queria muito sinceramente dizer as pessoas que estamos num período um bocado, pronto, a pessoa está a supor que a coisa podia entornar, mas conseguimos segurá-la. Avisar todo a gente que estamos com os olhos postos para o futuro.

Não posso aceitar que na sessão passada fôssemos enxovalhados como quiseram, disseram tudo que queriam e quando um deputado da oposição tomou a palavra para tentar se defender, foi impedido. Depois vieram as ameaças e seguidamente a pancadaria. Esta pancadaria só não saiu com contornos que talvez pudéssemos hoje estar a pagar muito caro, porque São Tomé disse, «*a coiê camiá zó pê opé nê*», se não poderia ser muito perigoso.

Peço as Sras. Srs. Deputados que, mesmo se tivermos qualquer confusão entre nós, não fazemo-la na presença de ninguém. As pessoas sabem porquê? «*Demanda de muala du homé só vivencha ca tê foça*». Portanto, isso é um conselho.

O Sr. Primeiro-Ministro aparece hoje como um salvador, não sei se é de um inferno ou de outro lugar qualquer, porque salvador do País não!

*Aplausos gerais.*

Ninguém pode falar mais neste país, manda prender; ninguém pode falar mais neste país, fora do trabalho; ninguém talvez pode andar na estrada quando o homem está a vir, fora da estrada, o que é isso? Isso já estava a ser demais.

Então meus senhores, para a gente tentar assegurar isso temos que ter consciência, de que vamos defender a democracia e, ao defendê-la, estamos a defender o povo, o Estado, os nossos filhos e a preparar tudo parta que a nossa riqueza não saia de aqui para outro lado.

Porque se não, meus senhores, estrangeiros vão receber isto dentro de momentos se deixarmos continuar como está. Portanto, qualquer um que venha com o estilo de má fé, meus senhores, sei que não demora neste país, São Tomé e Príncipe.

Por isso, quero pedir-vos que me telefonem logo, amanhã, depois de amanhã porque também já tenho medo, não sei se eu a descer vão mandar me prender, se estou em casa podem mandar ir buscar-me, e é isso que queremos defender.

Portanto, Sr. Presidente, não quero alongar mais porque já vi que, logo no seu início, que o senhor não vai brincar com isso...

*Risos gerais.*

... e quero deixar muito claro aos militantes do meu partido que estejam calmos, que vamos recuperar e já não vai acontecer aquilo que aconteceu no passado. Porque hoje talvez temos que assumir e por nossa causa isso queria estragar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não temos mais inscritos. Não sei se os Srs. Deputados querem fazer novas intervenções.

*Pausa.*

Como disse anteriormente, lamentavelmente, temos a ausência dos membros do Governo, particularmente a presença de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro.

Porém disse também que estão preenchidos todos os requisitos para o funcionamento do Plenário. Como reza o ponto dois do artigo 226.<sup>o</sup>, caso não haja mais intervenção convidaria o primeiro subscritor do documento para encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, caros colegas Deputados: Quero afirmar solenemente de que, após as diversas intervenções e após a explanação do documento que tive a honra de subscrever e, em virtude de não ter ninguém que pudesse ripostar o diagnóstico que foi feito por este documento, quero dizer que fico mais convicto da seriedade e da veracidade dos factos apresentados.

Para o efeito, quero dizer que mantenho, em nome dos meus colegas, todos os aspectos focados e gostaria de agradecer a presença de todos. Dizer também que estamos convictos de que com essa posição não há condições para este Governo.

*Aplausos.*

O Sr. **Presidente**: — Excelências, deduzo das últimas palavras do Sr. Deputado Guilherme Octaviano, enquanto primeiro subscritor da moção de censura ao XIV Governo, que os Deputados subscritores, de acordo com o artigo 226.º, ponto cinco, não retiram a moção.

Sendo esta a decisão dos subscritores, gostaria também no cumprimento do Regimento, saber se há algum proponente que propõe o tempo para a aprovação?

*Negaram, acenando com a cabeça.*

Também não é o caso. Não sendo o caso, só me resta, enquanto Presidente deste órgão, submeter a presente moção à votação.

Cumprindo o tradicional mecanismo de votação, pediria a Sra. Secretária para fazer a conferência dos votos.

*Submetido à votação, o projecto de moção de censura ao XIV Governo Constitucional foi aprovado com 29 votos a favor.*

De acordo com os resultados, está aprovada a moção de censura ao Governo.

*Aplausos gerais.*

Peço aos serviços da Assembleia que, no cumprimento do ponto quarto do artigo 227.º, prepare a comunicação para cumprirmos o referido ponto, que diz o seguinte, passo a ler, «no caso de aprovação de uma moção de censura o Presidente da Assembleia comunica o facto ao Presidente da República». Este assunto, de acordo com a vossa decisão, será ainda hoje comunicado a Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Por não haver mais assuntos, gostaria uma vez mais de agradecer Vossas Excelências pela confiança que fizeram em mim para continuar a dirigir os destinos desta Assembleia, desejando a todos o maior e melhor trabalho para a nossa Casa parlamentar, muita saúde e muita firmeza no sentido de continuarmos a trabalhar para o nosso povo para que dias melhores cheguem.

Declaro encerrada a sessão.

*Eram 16 horas e 30 minutos.*

*Faltaram a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adérito** de Oliveira Bonfim dos **Ramos**  
**Adilson** Cabral **Managem**  
**Alexandre** da Conceição **Guadalupe**  
**André** Varela **Ramos**  
**Bilaine** Carvalho Viegas de **Ceita**  
**Carlos** Alberto Pires **Pinheiro**  
**Carlos** Manuel **Cassandra** Correia  
**Celmira** de Almeida do **Sacramento**  
**Domingos** José da Trindade **Boa morte**  
**Domitília** Portulêz **Trovoada** da Costa  
**Evaristo** do Espírito Santo **Carvalho**  
**Hélder** Paquete Lima  
**Heliodoro** Pires **Quaresma**  
**Idalécio** Augusto **Quaresma**  
**Isabel** Mayza Jesus da Graça **Domingos**  
**José António** Sacramento **Miguel**  
**José** Carlos Cabral **d'Alva**  
**José** da Graça **Diogo**  
**José Manuel** Costa Alegre  
**Levy** do Espírito Santo **Nazaré**  
**Manuel** da Graça José **Narciso**  
**Mário** Fernando  
**Martinho** da Trindade **Domingos**  
**Octávio** da Costa de **Boa Morte** Fernandes  
**Paulo Jorge** de Carvalho.  
**Roberto** Patrício das Neves **Lombá**

